REFLEXÕES SOBRE A PRAXIS DO PSICÓLOGO EM EQUIPAMENTOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Ana Paula Melchiors Stahlschmidt[1]

Resumo: O trabalho aborda a experiência da autora como membro da equipe técnica de um equipamento de acolhimento institucional, discutindo o fazer psicológico neste contexto. Relata as características do serviço enfocado e as dificuldades encontradas na inserção na equipe do mesmo, descrevendo formas utilizadas para elaboração de modos de intervenção junto a crianças e adolescentes acolhidos, seus familiares, cuidadores e rede de atenção em que estão inseridos. Finalmente, enfatiza a importância da atuação interdisciplinar na construção da práxis nesta área e, especialmente, da criação de espaços de interlocução na equipe e com outros psicólogos que atuam em instituições com características semelhantes, relatando os efeitos das trocas propiciadas nestes grupos, como a elaboração de trabalhos e a publicação de textos sistematizando e socializando as experiências desenvolvidas.

Palavras-chave: Psicólogo. Acolhimento institucional. Interdisciplinaridade.

A formação do psicólogo apresenta-se generalista, habilitando o profissional que conclui o curso de graduação a exercer suas atividades em diferentes áreas de atuação e espaços institucionais. Alguns campos de inserção e tipos de instituição, como hospitais, escolas e empresas, são enfocados especificamente em disciplinas que compõem a grade curricular da maior parte dos cursos existentes no país, nesta área de formação. Portanto, quando o psicólogo integra-se às equipes de instituições como as citadas, embora seja sempre necessária a adequação da práxis ao contexto e suas demandas específicas, o profissional encontrará em seu percurso acadêmico elementos para nortear seu fazer. No entanto, para a atuação em determinadas instituições, não contempladas particularmente nos cursos de graduação, o psicólogo precisará, muitas vezes, construir modos originais de intervenção e inserção nas equipes. Para isso, contará com os referenciais de que dispõe sobre a área de atuação implicada na práxis pretendida, teorizações sobre funcionamento institucional e outras teorias que se mostrem pertinentes à compreensão do campo de inserção e necessidades dos sujeitos implicados neste, buscando na literatura, evidentemente, também referenciais que

[1] Psicóloga, psicanalista, mestre em Psicologia Social e doutora em Educação, com pós doutorado na mesma área. Coordenadora e docente do curso de Psicologia da UNIFIN – Faculdades São Francisco de Assis e membro do espaço Enlace – Clínica e Projetos Interdisciplinares. E-mail: stahls@ufrgs.br.

possam orientar seu fazer, para o que se mostram particularmente interessantes relatos de experiência de profissionais que já trilharam, no mesmo tipo de instituição, diferentes percursos.

O fazer profissional em abrigos, hoje melhor denominados como uma das modalidades de equipamentos de acolhimento institucional, de acordo com o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2006), enquadra-se nesta categoria, visto que a prática do psicólogo nestes serviços normalmente não é especificamente enfocada nos cursos de graduação da área. Embora se possa encontrar diferentes textos e relatos de experiências que abordam direta ou indiretamente a prática do psicólogo como membro de equipes técnicas neste campo de atuação, a exemplo dos trabalhos de Machado (2011), Cavalcani, Costa Silva e Magalhães (2010), Stahlschmidt, Cintra e Svirski (2007a; 2007b), entre outros, há ainda muito a construir sobre a práxis psicológica nestes serviços. Incrementa a dificuldade de elaboração de trabalhos nesta área a intensa demanda normalmente encontrada nas instituições, que dificulta o processo de sistematização e socialização de experiências construídas por suas equipes.

Este trabalho, portanto, tem como objetivo apresentar algumas considerações da autora sobre a prática nesta área, a partir de sua experiência, desenvolvida ao longo de oito anos, em uma instituição pública municipal, vinculada à assistência social, voltada para o acolhimento de crianças e adolescentes e estabelecida nos moldes do artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

O ingresso na equipe, mediante aprovação em um concurso público para psicólogo de um município de grande porte do sul do país, deu-se especificamente neste equipamento, entre outros com vagas para o cargo, considerando a formação específica da autora e sua experiência prática e percurso acadêmico envolvendo pesquisas na área da infância.

Mostrou-se uma observação inicial relevante o fato de que o cargo estava vago devido ao pedido de transferência da psicóloga que até então compunha a equipe, com a informação complementar da direção de que nenhum profissional da área, até então, havia ficado mais do que dois anos no serviço. Com a saída da última psicóloga, ficavam à disposição da autora, para iniciar a elaboração de uma proposta de intervenção, os arquivos do serviço de psicologia e as demandas de 17 crianças, de até 12 anos, separadas de suas famílias por situações diversas de violência intrafamiliar, e uma equipe, cujos membros novos totalizavam quase um

terço dos cuidadores e técnicos. Era necessário, portanto, a partir das experiências que alguns se dispuseram a compartilhar, construir um modo de trabalho e intervenção junto às crianças e seus cuidadores, na época profissionais concursados para o cargo de monitores, posteriormente denominados educadores sociais.

A instituição em questão caracterizava-se, então, por ser um espaço voltado ao acolhimento de crianças vítimas de violência intrafamiliar, especialmente abuso sexual e maus-tratos, incluindo casos encaminhados por Conselhos Tutelares ou Juizados da Infância e Juventude. A suposta periculosidade de alguns familiares levava ao estabelecimento de regras estritas sobre o funcionamento do serviço, e o sigilo em relação a sua localização era um fator relevante. Funcionários e crianças eram instruídos a não informar, respectivamente, seu local de trabalho ou residência temporária, o que gerava situações inusitadas e problemas diversos de ordem prática. A suposta necessidade de sigilo implicava também, em evidentes dificuldades em relação à manutenção do vínculo das crianças com suas famílias, visto que as visitas no local eram interditadas, sendo realizadas, portanto, em espaços como as dependências dos Conselhos Tutelares, Juizado ou centros de assistência próximos a suas residências de origem.

Um breve estudo dos diferentes tipos de instituições existentes, portanto, permitia caracterizar o serviço como algo muito próximo de uma "instituição total" nos moldes descritos por Goffman (2001), visto que a maior parte do atendimento oferecido às crianças era realizado pela mesma equipe, dentro da própria instituição. Algumas crianças, cuja permanência no serviço prolongava-se, frequentavam uma escola próxima, para a qual eram levadas em transporte da instituição e os atendimentos médicos e odontológicos eram realizados na rede pública, que eventualmente acolhia crianças também para atendimento psicológico. Quase todas as crianças realizavam visitas, no formato já mencionado, a algum familiar. A parte tais saídas, para muitas bastante eventuais, as crianças permaneciam a quase totalidade de seu tempo no espaço de acolhimento institucional, que era chamado de "casa".

A compreensão sobre o funcionamento institucional e o lugar atribuído às crianças no espaço eram possibilitados pela observação e conhecimento das diferentes regras que permeavam o serviço. O desafio, para uma psicóloga que recém ingressava na equipe, mostrava-se abrir espaços para o questionamento de tais práticas, sem impor um saber sobre o cuidado com as crianças.

Ao ingressar na casa, por exemplo, com o suposto objetivo de atender ao preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) em seu artigo 94, e demonstrando evidente equívoco na interpretação deste (que no inciso XVII refere, entre as obrigações das entidades que executam programas de internação de adolescentes, o fornecimento de depósito de pertences), as crianças eram instruídas a guardar todos seus objetos pessoais e roupas, que eram acumuladas em um "armário de pertences" e devolvidas ao final do período de abrigagem. Tal medida, evidentemente, privava a criança do contato com alguns objetos que poderiam auxiliá-la a suportar a separação de seus familiares, e foi posteriormente, depois de repetidas discussões neste sentido, abolida.

Da mesma forma, as crianças eram impedidas de utilizar roupas em que ficassem evidentes partes do corpo como a barriga, devido à compreensão de que o fato de muitas terem vivido situações de abuso sexual pudesse criar como sintoma a tendência a se exporem demasiadamente. Esta proposição foi igualmente discutida e posteriormente abolida, com argumentos demonstrando que mais demarcava a condição específica de "vítima de abuso" do que protegia a criança e sua singularidade.

Também era possível perceber a dificuldade da instituição de respeitar a subjetividade da criança na forma como eram realizadas comemorações de aniversário, que a despeito do orçamento considerável da instituição e do pequeno número de crianças acolhidas, festejava-se coletivamente, com datas estipuladas para isto em cada mês. Este modo de funcionamento também foi revisto posteriormente, ressaltando-se a importância de que cada criança pudesse ganhar seu presente de aniversário e comemorá-lo ao menos com o bolo caseiro preparado para o lanche, no dia correto.

A despeito do desconforto que a constatação destas questões provocava na autora, um espaço importante de discussão sobre as mesmas era oferecido pelas reuniões semanais de equipe, da qual participavam gerência, equipe técnica e um representante dos educadores. Nestes momentos, além da discussão destas normas, era possível também socializar aspectos importantes sobre o trabalho com as crianças, discutir formas de intervenção e estabelecer uma compreensão conjunta sobre suas necessidades e características, o que permitia a elaboração de um projeto de atendimento e a discussão sobre a parte neste que cabia a cada membro da equipe.

Por outro lado, a partir da observação do funcionamento institucional e características do público por esta atendido, a autora buscava, também, construir um modo de inserção e um projeto para sua práxis como psicóloga desta equipe.

A busca de literatura sobre o assunto não se mostrou especialmente frutífera. Embora alguns textos abordassem o fazer psicólogo em instituições do gênero, a exemplo dos trabalhos de Winnicott (1950/2001; 1999), ainda eram escassos referenciais sobre este tema. Foi importante, portanto, complementá-las como o estudo de obras que descreviam diferentes instituições, com características diversas, que acolhiam crianças, como abrigos (MARIN, 1999; VENÂNCIO, 1999; VICENTE, 1999), internatos (NEILL, 1969) e escolas especiais (MANNONI, 1995; BETTELHEIM, 1976). Da mesma forma, textos como o de Ferreira (2000), descrevendo o fazer do psicólogo na assistência social, mostraram-se norteadores, visto que a inserção do profissional neste campo era, até então, bastante restrita.

Ao mesmo tempo, considerando que na instituição eram atendidas, basicamente, crianças com histórico de violência intrafamiliar, foi fundamental também buscar referências sobre o assunto. A constatação de que grande parte do material sobre este tema constituía-se de trabalhos com uma abordagem bastante determinista, descrevendo causas e consequências inequívocas da violência, possibilitou a compreensão dos motivos implicados em medidas como a interdição do uso de roupas em que as crianças mostrassem partes de seus corpos, uma vez que muitos estudos nesta área consideravam indiscutíveis consequências como a existência de um comportamento sexualizado por parte das vítimas de abuso sexual, o que evidentemente pode ocorrer, mas não necessariamente se verifica. Tal constatação levou, também, à busca de referenciais com abordagens mais aprofundadas do tema, entendendo-o como parte de um fenômeno inserido em um contexto mais amplo e complexo, para o que contribuíram, por exemplo, os trabalhos de Mess (2001) e Cromberg (2001).

Aos referenciais sobre os temas citados, a autora buscou articular sua experiência clínica e acadêmica e os pressupostos da Psicanálise, que orientavam sua formação e percurso profissional. Permaneciam, no entanto, questões sobre em que medida priorizar o trabalho junto à equipe da instituição, crianças, famílias, ou rede de atendimento que as acolhia, em diferentes serviços de saúde, assistência e educação. A solução, neste momento inicial, foi tentar conciliar estas diferentes abordagens, buscando formas de intervir ou interlocução com equipes dos diferentes cenários em que circulavam as crianças.

Quanto à equipe, foi necessário, inicialmente, estabelecer formas de trabalho conjunto com outros técnicos da instituição, como terapeuta ocupacional, advogado, nutricionista, professor de educação física e, especialmente, assistentes sociais. Com estes últimos, uma importante parceria de trabalho se efetivou, com realização de muitas atividades conjuntas, para as quais os diferentes olhares e escutas possibilitados pela formação em cada uma destas áreas e formação mostraram-se essenciais. Portanto, entrevistas com as famílias, visitas domiciliares, elaboração de documentos e mesmo o acolhimento inicial às crianças, era realizado normalmente em dupla por psicóloga e assistente social, qualificando a compreensão sobre a realidade dos sujeitos acolhidos e a elaboração e execução de um plano de intervenção junto a esta.

Juntamente com os demais membros da equipe técnica, foram, posteriormente, realizadas muitas atividades com os cuidadores, visando integrar e articular as práticas desenvolvidas junto às crianças, em um processo de constante reflexão sobre o lugar simbólico ocupado para estas pelos diferentes sujeitos que as tomavam em seus cuidados. Reuniões com cada grupo de plantão, estudos de caso e planejamento de intervenções ocuparam, em alguns momentos, boa parte da carga horária disponível para a atuação profissional.

Também grupos de estudo foram realizados, buscando articular determinados aspectos observados na intervenção cotidiana aos referenciais teóricos sobre temas que instrumentalizassem os cuidadores e técnicos a melhor compreender o funcionamento das crianças e da instituição. Estes grupos também propiciaram uma compreensão teórica de alguns temas que mobilizavam a equipe pela importância que adquiriam no cotidiano do cuidado com as crianças. O estudo de assuntos como, por exemplo, a enurese, permitia aos cuidadores perceberem problemas do cotidiano como sintomas relacionados à história e situações vivenciadas pela criança, construindo formas de intervenção sobre os mesmos, pautadas não por uma atuação, por assim dizer, ortopédica, mas capaz de levar em conta a especificidade do momento de desenvolvimento e dificuldades experimentadas por cada sujeito.

Já com as crianças, foi estabelecido um trabalho que envolveu entrevistas e horas de jogo, buscando conhecer sua história e planejar conjuntamente com a equipe formas de intervenção e escolher espaços da rede a serem inseridos em seu atendimento, além de acompanhamento a muitas visitas a familiares e situações como audição em entrevistas nas

Varas da Infância e Juventude, Conselhos Tutelares, polícia, etc. A dificuldade de acessar imediatamente serviços de atendimento psicológico da rede pública levou também à necessidade de iniciar um processo de escuta à criança na própria instituição, para encaminhamento o mais breve possível a outros serviços, que pudessem dar continuidade ao atendimento em momentos posteriores ao desligamento da instituição e retorno à família ou inserção em outros espaços de acolhimento, de menor porte e com maior inserção nas comunidades locais.

Foram desenvolvidas, em determinados períodos, algumas atividades coletivas com as crianças, normalmente em pequenos grupos, com propostas lúdicas. Eventualmente, também assembleias, com participação de todas as crianças e equipe, foram realizadas atividades que se mostraram especialmente ricas para que todos criassem modos de expressão e pudessem sentir-se valorizados e autorizados a manifestar seus interesses e reivindicações. As assembleias mostraram-se importante espaço de exercício de tolerância às diferenças, visto que, conforme propõe Neill (1969), garantiam a todos os participantes, indiferente de sua função na instituição e idade, igual direito de manifestar suas ideias.

Além destas atividades, coube à psicóloga, muitas vezes em parceria com outros membros da equipe técnica, a elaboração de pareceres e a interlocução com espaços diversos da rede de atendimento e da Justiça.

Um aspecto importante na construção do fazer da psicologia na instituição se deu com a formação de um grupo de profissionais da área inseridos em outros espaços de acolhimento institucional da rede municipal de atendimento à criança e ao adolescente. Nestas reuniões, estabelecidas inicialmente com o objetivo de proporcionar trocas de experiências e a reflexão sobre possibilidades de intervenção nos campos de inserção, ficou evidente, em um segundo momento, a necessidade de sistematizar e socializar as vivências dos profissionais do grupo através de apresentações de trabalho, em encontros e congressos, sobre as temáticas discutidas e a elaboração de textos, especialmente relatos de experiência e reflexões sobre o contexto do acolhimento institucional. Nestas reuniões, mostrava-se relevante a dificuldade dos profissionais em realizar este tipo de atividade, devido à falta de tempo dispensada para as mesmas no cotidiano institucional. A dissociação entre prática e produção teórica, constatada como uma dificuldade geral dos técnicos e cuidadores levou o grupo, inserido em suas respectivas instituições de trabalho, também a incentivar e promover formas de expressão das experiências coletivas, que foram elaboradas, publicadas ou apresentadas por subgrupos das

equipes em diferentes espaços (STAHLSCHMIDT; SANTOS; CAMARGO, 2004; STAHLSCHMIDT, 2002). Cabe ressaltar que a observação desta dificuldade de criação de espaços para sistematização e socialização de experiências, através de textos e trabalhos, levou a autora, em um momento posterior, quando já afastada da instituição por um processo de cedência para exercer suas atividades em uma instituição voltada à formação continuada e educação permanente para profissionais essencialmente envolvidos em equipes de serviços públicos da área da saúde, a desenvolver oficinas de produção textual, objetivando instrumentalizar os participantes a relatarem suas vivências em artigos e trabalhos. A reflexão proporcionada pela coordenação destas oficinas, das quais participaram profissionais de serviços diversos da prefeitura em questão e Estado, levou a autora, finalmente, a desenvolver o tema sua pesquisa de pós-doutorado, investigando formas de construção de conhecimento que têm lugar fora do âmbito acadêmico (STAHLSCHMIDT, 2012).

No tempo de permanência da autora na instituição descrita, portanto, a interlocução – com membros da própria equipe do local, com outros psicólogos e com colegas da rede – mostrou-se um aspecto essencial no desenvolvimento do trabalho. Em um estágio posterior, possibilitou, ainda, o questionamento sobre a forma de funcionamento do local, abrindo espaço, por exemplo, para visitas de familiares no mesmo e acolhimento de outras crianças sem vivência de violência intrafamiliar como "requisito".

Finalmente, a interlocução com outros psicólogos e profissionais diversos da rede municipal, inseridos em diferentes cenários vinculados a propostas de acolhimento institucional, possibilitou a discussão do funcionamento mais amplo da rede de abrigagem e a elaboração de um diagnóstico do contexto observado naquele momento e de uma proposta de reestruturação desta rede, projeto que foi implantado pela gestão então responsável e, posteriormente, parcialmente desarticulado pela administração municipal após mudanças no cenário político. Questões como a sobrelotação dos espaços foram especialmente discutidas e, infelizmente, nunca solucionadas.

O afastamento da autora da rede de abrigagem, para inserção na instituição de ensino mencionada anteriormente e, posteriormente, dedicação à atividade clínica e docência universitária, completa já alguns anos. A experiência possibilitada pela construção do fazer profissional em um espaço de acolhimento institucional, com a decorrente constatação de dificuldades inerentes à função e busca de soluções para as questões que se fizeram presentes, entretanto, mostrou-se bastante enriquecedora para a qualificação de seu percurso

profissional. Informações sobre os desdobramentos do trabalho com muitas das crianças acolhidas fazem-se, ainda hoje, presentes, através de relatos de colegas que permanecem na instituição, e mostram-se gratificantes.

Por outro lado, a possibilidade de contribuir para a formação de novos profissionais, no espaço da universidade, com a socialização das experiências desenvolvidas também se fez importante, permitindo uma articulação entre teoria e prática muitas vezes dificultada no cotidiano do trabalho institucional. O que fica particularmente evidente, a partir desta experiência, é a importância de, por um lado, criar formas de constantemente refletir sobre o fazer profissional nos espaços que hoje se constituem como cenários de atuação do psicólogo. Por outro lado, sistematizar e socializar estas experiências, facilitando as construções de seu fazer para outros profissionais da área, ou mesmo áreas afins.

É evidente que, cada local, sujeito ou situação junto à qual o profissional se proponha a exercer suas atividades demandará a construção de formas de intervenção particulares, adequadas ao contexto. Mas, certamente, construir esta práxis a partir de experiências já desenvolvidas pode facilitar o processo, minimizando a sensação de "reinventar a roda", descrita por Stahlschmidt, Cintra e Svirski (2007a), a cada nova experiência ou inserção de um profissional em uma nova realidade, que se faça existente com a crescente demanda pela participação do psicólogo em contextos diversos da realidade contemporânea em sua ampla complexidade.

REFLECTIONS ON THE PRACTICE OF PSYCHOLOGISTS IN INSTITUTIONAL CARE SERVICES: REPORT OF AN EXPERIENCE

Abstract: The paper discusses the author's experience as part of a team in a foster institution for children and teenagers, discussing the work of psychologists in this context. Reports the characteristics of the institution described and the difficulties found in the integration of its team, describing forms used to elaborate modes of intervention with children and adolescents, their families, caregivers and the health care network in which they are inserted. Finally, it emphasizes the importance of the interdisciplinary approach in the construction of a praxis in this area and, especially, the creation of groups for dialogue in the team and with other psychologists working in institutions with similar characteristics, reporting the effects of these groups, such as the preparation of papers systematizing and socializing the experiences developed.

Keywords: Psychologist. Institucional home. Interdisciplinarity.

Referências

BETTELHEIM, Bruno. **Só Amor não Basta.** Lisboa: Ed. Moraes, 1976.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 1990.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; COSTA SILVA, Simone Souza da; MAGALHAES, Celina Maria Colino. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 10, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000400005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 abr. 2013.

CROMBERG, Renata U. **Cena incestuosa:** abuso e violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

FERREIRA, Tânia. Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 20, n. 1, Mar. 2000.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MACHADO, Vanessa R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente**. Serv. Soc. Rev**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, jan/jun. 2011.

MANNONI, Maud. **Amor, Ódio, Separação.** Rio de Janeiro: Jorge e Zahar Editor, 1995.

MARIN, I. **FEBEM, Família e Identidade**: o Lugar do Outro. São Paulo: Editora Escuta, 1999.

MESS, Lúcia. **Abuso Sexual**: trauma infantil e fantasias femininas. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME/ Secretaria Nacional de Assistência Social. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília – DF, 2006.

NEILL, Alexander S. **Liberdade Sem Medo (Summerhill).** São Paulo: Ibrasa, 1969.

STAHLSCHMIDT, Ana. Paula. M.; CINTRA, Mirela; SVIRSKI, Ana Carolina. A reinvenção da roda. **Correio da APPOA - Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, v. 158, p. 5-10, 2007a.

STAHLSCHMIDT, Ana. Paula. M. ; CINTRA, Mirela SVIRSKI, Ana Carolina. Desejo em Questão. **Percurso**, São Paulo, v. 39, p. 9-16, 2007b.

STAHLSCHMIDT, Ana. Paula. M.; SANTOS, Suely Silva; CAMARGO, Angelita Rebelo. Abrigagem Necessária-Prejuízos Inevitáveis. In: LIBERATI, Wilson Donizete et al (org).. (Org.). **Acervo Direitos da Criança e do Adolescente**, 2004.

STAHLSCHMIDT, Ana. Paula. M.; VIDAL, Ana Paula Vidal; CAMARGO, Angelita Rebelo; SANTOS, Suely Silva. Ação ou Atuação? Reflexões sobre nossa prática como educadores. In: **Trabalhos Criativos: Soluções Inovadoras - I Seminário de Práticas Sociais**, 2002, Porto Alegre. Porto Alegre: Fundação de Assistência Social e Cidadania, 2002. p. 117-120.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas: Papirus, 1999.

VICENTE, Cenise Monte**. Abrigos**: Desafios e Perspectivas. Boletim Uma família para uma criança – ABTH - nº 12/13, 1999.

WINNICOTT, Donald W. **Privação e Delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, Donald. Sobre a criança carente e como ela pode ser compensada pela perda da vida familiar. In: **A família e o desenvolvimento individual.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.